

Militantes em ditadura: gênero, subjetividade e participação política¹

Sergio Luis Schlatter Junior², UFSC
sergiocdb@gmail.com

*Amor tanto tempo esperado
Encontrado numa Assembléia de escola
Sentado na mesa do restaurante
Transformado em banco
Pelos estudantes em greve.*

*Amor concreto
Completo,
Vivido dois anos
Dividido nas muitas atividades políticas
Exigências de uma década
De lutas, fracassos, vitórias
Vividos no Brasil.*

*Amor maior que dava ânimo
Nos momentos mais difíceis
De enfrentamento com o inimigo
Na opção de cada momento
De continuar caminhando adiante.*

*Amor separado com lágrimas
Por uma exigência política do Partido.
O compromisso MAIOR.*

Janeiro de 1969 numa praia do Paraná³.

Em janeiro de 69 meu namorado, Roberto Maciel Cascaes, estava preso no Paraná. Quando fosse libertado, continuaria no movimento estudantil. Fui definida para o movimento operário e, a partir de então, não poderia mais encontrá-lo.

Essas separações afetivas, discutidas ‘politicamente’, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para contornar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung⁴.

A Ação Popular (criada por alguns militantes da Juventude Universitária Católica – JUC, no ano de 1962, em um congresso ocorrido em Belo Horizonte⁵), possuía uma prática muito interessante, enviava os homens para o campo e as mulheres para as fábricas, nesse processo, temos

¹ Pesquisa vinculada ao Projeto Conesul: ditaduras, gênero e feminismo (1960-1990), coordenada pelas professoras Dra. Cristina Scheibe Wolff e Dra. Joana Maria Pedro.

² Graduando do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH).

³ LUCA, Derlei Catarina de. Clandestinidade. In: _____ **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. Do autor, 2002. p. 41.

⁴ Ibidem, p. 37.

⁵ “Era um grupo novo, nascido da Juventude Universitária Católica em julho de 1962, num congresso que se realizou em Belo Horizonte.” LIMA, Samore. Zé. Belo Horizonte: Mazza, 1998. p. 24.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

a separação de noivos, namorados e casais. Derlei afirma que “Os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos”⁶, e ainda descreve que elas (as mulheres) até brincavam com eles (os homens) nos intervalos, que “pela teoria revolucionária leninista, o operário é a classe dirigente da revolução”⁷, portanto elas estariam junto à força dirigente. Nota-se um “estranhamento”, afinal, como as mulheres que são, comumente, condicionadas a submissão estariam junto à classe dirigente da revolução?

A orientação era clara: “A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual”⁸, dizia um dos dirigentes da Ação Popular. Observamos a renúncia exigida dos/das militantes, renúncia esta que não seria livre de dor. “Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais”, relata Derlei⁹.

Nosso objetivo nesse artigo é perceber as relações em que personagens, como Derlei Catarina de Luca, estão inseridos, através de análises de gênero, subjetividade e afetividade. Percebo os/as militantes no texto não só como líderes políticos, mas, sobretudo como indivíduos que são possuidores de sentimentos e angústias.

Em entrevista Derlei nos coloca o quão era dura essa exigência da privação afetiva. Nas poesias de Ho Chi Min, as quais liam muito, ele dizia que: “Se você é solteiro, não case nem namore. Se você é casado, não tenha filhos. Se você tiver filhos, tem que decidir o que é prioridade”¹⁰. Essas exigências eram muito duras segundo Derlei, pois eles eram militantes, mas também eram jovens de vinte anos que não queriam se privar de namorar.

Podemos perceber a partir da narrativa da personagem analisada, Derlei Catarina de Luca, que, em certa medida a subjetividade desses personagens é deixada em um papel secundário, o amor a AP estava acima dos interesses pessoais. Por esse amor ao partido se superavam as dores sentimentais, ou melhor, os/as militantes diziam superar a dor da separação pela “exigência política do partido”, pelo “compromisso maior”.

Boaventura de Souza Santos em uma análise sobre a subjetividade e cidadania no marxismo nos incita a pensar que o partido dilui a subjetividade dos/das militantes¹¹. Podemos perceber que

⁶ LUCA, Derlei Catarina de. Op. Cit., p. 36

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem, p. 36-37.

¹⁰ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista, 2008, Florianópolis, Brasil. Entrevistador e transcrição: Sergio Luis Schlatter Junior. Acervo Pessoal e Laboratório de Estudos de Gênero e História – UFSC.

¹¹ Boaventura refere-se ao partido operário, pensamos isso aqui de forma mais ampla. Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: _____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Ed. Cortez, 1997. p. 242.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

de fato isso acontece, neste caso com os militantes da AP e, de forma mais ampla, com basicamente todas as organizações. A partir do momento que um/uma militante ingressa em determinada organização ela traça performances¹², toma certas atitudes e deixa de tomar outras, veste um tipo de roupa e deixa de vestir outra, se alimenta de uma forma que talvez não se alimentasse individualmente. Não estou afirmando, contudo, que esses militantes façam isso de forma não consciente ou que as organizações e partidos sejam prejudiciais, porém, observo que estes interferem de forma direta na subjetividade dos indivíduos.

No livro *Identidade homossexual e normas sociais* de Teresa Adada Sell, que concentra entrevistas encontramos outro exemplo de “intervenção na particularidade”:

... durante um período o que eu vivi com muita atividade, época de 75, política estudantil muito agitada, de uma certa forma, as pessoas começaram a quebrar o meu particular, a invadir minha particularidade, chegavam de madrugada para fazer reuniões clandestinas [...] eles cansaram de entrar na minha casa e me pegarem com meu caso... (sic.)¹³.

É nítido o sentimento de invasão, de quebra do particular que o entrevistado compartilha. Marcos Ribeiro Mesquinha nos coloca que essa característica seria do movimento estudantil clássico, presente no formato de organização tradicional, que conta com “... a dicotomia entre a ética da militância e a subjetividade dos [das] militantes”¹⁴.

Porque a Ação Popular separava casais? A AP investia na aliança camponês-operário-estudante, para os fins da revolução, designava militantes para atuar no movimento estudantil, no movimento operário e no movimento camponês. A partir das definições os/as militantes articulam idéias socialistas naqueles meios através de jornais, textos, conversas informais, toda a mobilização era clandestina e visava à revolução socialista.

Antes de prosseguir é pertinente falarmos um pouco da trajetória de Derlei Catarina de Luca. Nasceu em Içara (Santa Catarina) em setembro de 1946, atuou na JUC, no movimento estudantil e de forma mais intensiva na Ação Popular, foi presa várias vezes e exilada em Cuba, onde estudou História. Derlei segue uma linha de militância que era “comum” durante a ditadura

¹² Estou trabalhando a idéia de que a identidade é *performativamente constituída*, utilizando um termo de Judith Butler. Cf. BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ SELL, Teresa Adada. *Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 146-147.

¹⁴ MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. p. 189.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

militar no Brasil, começou na (quando era secundarista já atuava na JEC – Juventude Estudantil Católica) JUC, depois no movimento estudantil e mais tarde seria “ampliada”¹⁵ para a AP.

O episódio da “ampliação” de Derlei merece destaque. Ela nos conta que em 1967, foi convidada a ir numa reunião em Curitiba (Paraná), “a reunião era da JUC, mas estavam presentes metade da diretoria da UNE, e eram todos militantes da AP”¹⁶, nesse episódio Derlei foi “ampliada”. Chamo atenção para esse termo: “ampliados”, no sentido de que, só o movimento estudantil era pouco, para realmente alcançar a revolução o/a militante necessita ampliar seus horizontes, tornar ampla sua militância política, estender seus ideais.

Nessa ampliação da Derlei percebemos outra característica do movimento estudantil brasileiro e em outros países do Cone Sul, que é estar mesclado com outros segmentos e movimentos sociais. No caso do Brasil tínhamos a JUC (Juventude Universitária Católica) que foi “parceira” do movimento estudantil, a tal ponto que a trajetória do movimento estudantil mesclou-se com a JUC e vice-versa. Vamos encontrar, por exemplo, militantes da JUC que estiveram na presidência da UNE (União Nacional dos Estudantes): em 1961, Aldo Arantes, em 1962, Vinícius Caldeira Brant¹⁷. E após 1962, com a criação da AP, temos essa organização no cerne do movimento estudantil, assim como o Partidão (PCB – Partido Comunista Brasileiro). Nesse período havia uma disputa entre a AP e o Partidão, no sentido de captar militantes. Podemos perceber que essa disputa esta presente até os dias atuais. Partidos políticos e organizações captam e cooptam (no intuito de agregar) jovens para militar nos respectivos segmentos.

É interessante observar a participação da Juventude Universitária Católica nesse processo, sendo prudente notar que a Igreja católica no Brasil, e em outros países do Cone Sul, teve um papel importante na consolidação dos movimentos de resistência à ditadura militar. Atento para a ressalva de que a Instituição Igreja católica é composta por vários segmentos, por isso seu discurso não era unânime¹⁸. “Politicamente existia uma divisão nítida dentro da hierarquia e isso se traduzia em participação ou em oposição ao Golpe”¹⁹. Essas duas posturas opostas eram lideradas, de um lado por Dom Helder Câmara, que fazia a oposição direta ao Golpe, envolvido com a Ação Católica, e, do outro, por Dom Jaime de Barros Câmara, que, de certa forma, legitimava o Golpe, com um

¹⁵ O termo “ampliado” é utilizado por Derlei relacionado ao momento em que ela inicia sua militância na AP, não ficaria militando só no movimento estudantil, ampliaria sua militância.

¹⁶ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista, 2008, Florianópolis, Brasil. Entrevistador e transcrição: Sergio Luis Schlatter Junior. Acervo Pessoal e Laboratório de Estudos de Gênero e História – UFSC.

¹⁷ LIMA, Samore. Op. Cit., p. 20.

¹⁸ “La posición, todavía, no es unánime”. DUSSEL, Enrique D. *Historia de la Iglesia en América Latina*. Barcelona: Nova Terra, 1974, p. 237 APUD: KASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 sua relação com a legitimação do Golpe de Estado*. Florianópolis: 2002. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, p. 159.

¹⁹ KASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 sua relação com a legitimação do Golpe de Estado*. Florianópolis: 2002. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, p. 159-160.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

discurso de que ele foi necessário para conter os comunistas. O movimento “dos Câmaras” (expressão minha) marcam essa ambigüidade no discurso oficial da Instituição Igreja católica.

Os congressos clandestinos da UNE, segundo Daniel Aarão Reis, eram todos feitos em locais religiosos, oferecidos geralmente, por padres dominicanos. Daniel diz que

... os segmentos progressistas da igreja jogaram um papel fundamental na rearticulação do movimento estudantil depois de 1964. Graças às conexões que a Ação Popular tinha com esses segmentos da igreja progressista. Posteriormente, com a radicalização desses segmentos progressistas, outras organizações vão também ganhar esses contatos, sobretudo, com os dominicanos mais radicais, que vão se aproximar, por exemplo, da ALN, do Carlos Mariguela ²⁰.

No Paraguai, Gustavo Torres Grössling aponta a falta do “entrosamento” do movimento estudantil com os movimentos populares como um dos fatores que o enfraquecem ²¹.

*El desarrollo histórico del movimiento universitario en el Paraguay estuvo casi siempre ligado a flujos y reflujos que no le permitieron avanzar de una manera más clara [...] Porque casi siempre los avances y retrocesos que han formado parte de su evolución estuvieron ligados a las experiencias de lucha de cada momento en el que le tocó ser protagonista sin colocarlas en un proyecto mucho más amplio que lo integre con el movimiento popular y sus luchas...*²²

Entretanto na Argentina e no Brasil o movimento estudantil estava mesclado com outros seguimentos. O movimento estudantil estava na Argentina fortemente ligado à juventude peronista ²³. Existia a *Juventud Peronista Universitaria*, criada em 1972, que antes era conhecida por *Juventud Argentina por la Emancipación Nacional* (JAEN), o maior grupo universitário da Argentina naquele momento,

cujo líder, Rodolfo Galimberti, estudante de economia com acesso direto a Perón em Madrid, tornar-se-ia chefe e condutor da mobilização social dessa geração de jovens e pela organização das operações para o retorno definitivo de Perón à Argentina ²⁴.

O que não se pode negar no Paraguai, no Brasil, na Argentina e em outros países do Cone Sul é que, no período das ditaduras a juventude foi a grande estrela. Foi ela o setor da sociedade de tomou a luta em suas mãos, conseguindo converter os anseios da sociedade em manifestações e

²⁰ REIS, Daniel Aarão. Depoimento, 2005. p. 17. Entrevistadoras: Angélica Muller e Ana Paula Goulart. Transcrição e edição: Juliana Franklin. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: <http://www.mme.org.br/>
Cf. BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

²¹ GRÖSSLONG, Gustavo Torres. El movimiento estudiantil desde los ‘80. In: ORTIZ, Aristides; PALAU, Marielle (org.). *Movimientos Sociales y expresión política*. Assunción, 2005, p. 99-119.

²² Ibidem, p. 99.

²³ ETULAIN, Carlos R.. Juventude, política e peronismo nos anos 60 e 70. *Revista de Ciências Humanas* – Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, n. 40. Florianópolis: Editora da UFSC, Outubro de 2006. p. 317-336.

²⁴ Ibidem, p. 328.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

gritos nas ruas. Deixo claro que não excluo outros setores, mas se fossemos escolher um, o mais expressivo, sem dúvida seria a Juventude.

Nesse contexto, os jovens constituíam, na Argentina dos anos 70, o setor da sociedade que, incomodado com a vida política e carregado de valores novos ou reelaborados, conseguiu mobilizar a sociedade argentina. Nunca antes um setor da sociedade argentina conseguiu atravessar os limites tradicionais de classes e setores para se organizar em torno de idéias e estratégias ²⁵.

Um desses gritos e luta – que constatamos ser comum nos países citados – era contra o imperialismo estadunidense. Podemos observar ainda leituras em comum como: Marx, Lênin, Stalin, Mao Tse Tung, Leo Huberman bem como a idéia de que a revolução seria alcançada por meio da aliança camponês-operário-estudante.

Os indivíduos que militavam no movimento estudantil no Brasil, nesse período, eram oriundos, em sua grande maioria, de áreas rurais. Isso significa que foram criados “catolicamente”, que iam todos os domingos a igreja. Derlei Catarina de Luca afirma que eles (a geração de 68) foram os que perderam o “medo do inferno”. Eles tinham três “frentes de luta”: A família, que era extremamente repressora, a Igreja, que era monolítica (pouquíssimas pessoas eram de outras religiões e menos ainda se diziam ateus/ateias) e por fim a ditadura, que na sua concepção era a mais fácil das três ²⁶.

Sendo uma geração vinda das zonas rurais, de famílias repressoras a geração de 68 era, também, extremamente conservadora quando falamos em liberdade sexual. Quando em entrevista e perguntada sobre a existência de homossexuais no movimento, Derlei diz que se havia ninguém sabia da existência. Entretanto, depois se recorda de um rapaz que anos depois, ela soube que era homossexual (ele atualmente mora no Rio de Janeiro e, freqüentemente, passa períodos de férias no seu apartamento na Beira Mar Norte, em Florianópolis, com seu parceiro) ²⁷. Derlei afirma que “não se conversava sobre homossexualismo, não se conversava sobre aborto, essas discussões não existiam. Essas discussões começaram a existir depois de 69 quando surgem àqueles episódios da Malu Mulher, na época não tinha nada disso...” ²⁸, muito provavelmente porque essas pautas vão diretamente contra os ensinamentos católicos, do qual, basicamente todos os militantes da AP eram adeptos. É interessante que referente à temática da revolução de costumes Derlei fala que: “Nos

²⁵ Ibidem, p. 336.

²⁶ Debate sobre o movimento estudantil em 1968 realizado na Semana de Ciências Sociais, em abril de 2008, na Universidade Federal de Santa Catarina. Acervo Pessoal.

²⁷ LUCA, Derlei Catarina de. Entrevista, 2008, Florianópolis, Brasil. Entrevistador e transcrição: Sergio Luis Schlatter Junior. Acervo Pessoal e Laboratório de Estudos de Gênero e História – UFSC.

²⁸ Idem.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

estávamos enfrentando o fogo do inferno, tu imagina se nós nos atreveríamos a fazer mais alguma coisa. Já era muita coisa para nós”²⁹.

A narrativa de que, nesse período, onde se lutava contra a ditadura e/ou pelo socialismo, não havia tempo, ou por uma questão de urgência pela revolução se coloca de lado uma infinidade de questões (como, por exemplo, as questões de gênero) não é isolada. Juliet Mitchell em seu texto *Mulheres: a revolução mais longa*, quando sistematiza o espaço da mulher dentro das teorias socialistas, especificamente as de cunho marxistas, afirma (a partir de obras de Engels) que: “A libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela”³⁰ (seriam estas as feministas marxistas). Ou seja, nessa linha, deveria se lutar pelo socialismo, pois, com ele não haveria mais desigualdade entre homens e mulheres (teoria que jamais se concretizou). Nota-se, *a posteriori*, que se fazia necessária uma luta efetivamente feminista, pois, não se encontra, muitas vezes, espaços dentro das organizações de esquerda para essas pautas específicas.

Sobre a questão do conservadorismo Maria Paula Araújo no livro *Memórias estudantis* diz que:

O Movimento estudantil brasileiro, no final da década de 1960, apresentava alguns paradoxos. O sopro libertário vivido na Europa e nos Estados Unidos era, de certa forma, filtrado quando chegava aqui. As esquerdas que lideravam o movimento estudantil no Brasil tinham forte marca leninista. Um pouco dessa rigidez e desse moralismo se manifesta na vivência daqueles que participavam das entidades estudantis³¹.

O filtro ao qual Maria Paula Araújo refere-se é que as mulheres começam a ter mais espaço, a liberdade sexual fica mais evidente e melhor aceita nas organizações, porém a homossexualidade e as drogas eram vistas com um olhar calcado de moralismo.

Ela afirma que “Nos anos 1940 e 1950, a maioria do alunato de nível superior no Brasil era constituída por homens”³², e mesmo assim havia a participação das mulheres nos congressos da UNE, claro que em pequena escala e, geralmente, em “papéis secundários”. Maria Paula Araújo ainda nos lembra que no início do século XX a reivindicação pelo direito ao voto ainda era uma luta não vencida e que mulheres enfrentavam descontentamento das famílias, e da própria sociedade, quando decidiam ingressar no ensino superior, no sentido de que ela abandonaria o lar e, por sua

²⁹ Idem.

³⁰ MITCHELL, Juliet. *Mulheres: a revolução mais longa*. Trad. Rodolfo Konder. **Gênero**. Niterói, v. 6, n. 2 – v.7, n. 1, p. 207, 1. – 2. Sem. 2006.

³¹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1936-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007. p. 187.

³² Ibidem, p. 74.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

vez, não teria tempo para se dedicar a família³³. Nomes como o de Bertha Lutz, Nísia Floresta e Maria Lacerda nas décadas de 1920 e 1930 questionavam essa resistência, “todas elas insistiam na importância da educação e instrução feminina para a emancipação da mulher e de seu papel na sociedade”³⁴.

Um dos congressos da UNE onde houve uma grande participação feminina foi o do Rio de Janeiro em 1948, eram aproximadamente sessenta mulheres dos cursos, majoritariamente, de Filosofia e Enfermagem, oriundas de todo o país, porém Genival Barbosa retrata que precisou ir às casas pedir permissão aos pais e ficar “responsável” por muitas delas³⁵. Mesmo com participação massiva de mulheres nos congressos da UNE, apontada como destaque positivo, é prudente perceber que só em 1982 teríamos uma mulher como presidente da UNE: Clara Araújo; que em entrevista retrata alguns fatores pertinentes quanto à atuação de mulheres no movimento estudantil.

... a criação do Departamento Feminino, com uma agenda voltada para as estudantes, para as mulheres, não teve continuidade. E teria sido importante, porque estavam sendo criadas organizações de mulheres, como, por exemplo, no MR-8, que era uma força política muito grande dentro do movimento estudantil. Na época, estava sendo criada uma federação de mulheres no Rio de Janeiro e, com a anistia, muitas feministas estavam retornando do exílio e fundando alguns jornais. [...]. Havia, ainda, o embate com o Ministério da Educação, que era muito forte. Na época, o Ministério foi ocupado por uma mulher, a ministra Esther de Figueiredo Ferraz, e o Ministério tentava, o tempo inteiro, impedir a ação da UNE. Voltando ao machismo, que eu comecei a perceber, ele se revelava também na crítica dos estudantes às roupas das estudantes. Eles diziam que o fato de você pertencer a um movimento não lhe dava o direito de mostrar sua feminilidade. Muitas vezes a forma de nos vestir era motivo de piada, numa tentativa de desqualificar a atuação da mulher. Quando eu assumi a presidência, foi mais forte ainda. E acabei sendo estimulada a entrar nessa área, que acabou sendo também minha área de estudos³⁶.

Esse cenário que Clara descreve é dos anos de 1980. Quando eleita presidente da UNE. Coloca-nos que para as mulheres representou um fator muito positivo. O congresso que elegeu Clara, segundo ela,

...foi marcado por um embate em que as questões políticas eram também medidas pelo fato de eu ser mulher. Eu me lembro que as forças que se opunham à minha corrente tentavam me descaracterizar ou me desqualificar, puxando exatamente palavras de ordem, relacionadas com o fato de eu ser mulher. Algo assim: “Clarinha bonitinha”. Ao mesmo tempo em que havia uma repercussão positiva, essa questão ainda era vista com muita desconfiança³⁷.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 76.

³⁵ Ibidem, p. 76-77.

³⁶ ARAÚJO, Clara. Depoimento, 2004. p. 7. Entrevistadoras: Ana Paula Goulart e Tatiana Di Sabbato. Transcrição e edição: Vitrine Comunicação. Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: <http://www.mme.org.br/>

³⁷ Ibidem, p. 8.

Clara Araújo ainda coloca que essa experiência que vivenciou permitiu a ela uma visão mais crítica dessa história, não só a ela como para as outras mulheres que se sentiam com o poder de ser e fazer ³⁸.

Sobre a revolução de costumes Daniel Aarão Reis nos trás muitas contribuições. Coloca-nos que, os congressos de UNE eram espaços de construção, também, de relações afetivas que foram influenciadas pela revolução de costumes, no sentido da liberação do sexo, ainda que, “... a maioria dos estudantes ainda era muito puritana em termos de costumes” ³⁹. No Brasil, a onda mundial de 1968 “sexo, drogas e *rock and roll*” existiu, porém, “... era muito cultivado em áreas do movimento estudantil que não era da liderança e dos militantes mais radicais”, estes “... resistiam a essa liberação” ⁴⁰. Tratando da homossexualidade Daniel relata que “O homossexualismo era muito reprimido” e “visto com muitas reservas” ⁴¹. “A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas” ⁴². Ele conclui esse assunto da seguinte forma: “Eu vejo o movimento estudantil radicalizado dos anos 1970, depois do golpe, como um movimento muito definido em termos políticos e sindicais, mas muito ainda reservado do ponto de vista da revolução dos costumes.” ⁴³.

Considerações Finais:

A partir de uma memória coletiva, de uma totalização das experiências das ditaduras militares nos países do Cone Sul, memórias individuais são suprimidas, na ânsia de buscar a verdade a generalização acaba por “atropelar memórias”. É importante ressaltar que essa memória está em disputa, alguns querem esquecer e outros querem lembrar. Uma frase que ficou famosa, geralmente utilizada pelos movimentos de direitos humanos é: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Podemos citar Elizabeth Jelin que trabalha muito bem com essa questão da memória, ela nos coloca que “O espaço da memória é então um espaço de luta política, e não poucas vezes esta luta é concebida no término da luta ‘contra o esquecimento’: *recordar para não repetir* [...] Na verdade ‘memória contra memória’” ⁴⁴. É neste “fogo cruzado” de memórias que o historiador ou a historiadora que trabalha com a História do tempo presente traça suas pesquisas e

³⁸ Idem.

³⁹ REIS, Daniel Aarão. Depoimento, Op. Cit., p. 17.

⁴⁰ Idem

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Ibidem, p. 18.

⁴⁴ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XX, 2002. p. 6. (Tradução livre)

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

investigações, cabe a ele ou a ela a escolha: que memórias ouvirá, que vozes trará a tona, que sujeitos irá colocar nas páginas da História.

Tratando-se dos estudos de gênero, as mulheres são, geralmente, esquecidas dessas memórias, “... a bibliografia esconde é que, como diria Elisabeth Lobo a respeito da classe operária, o movimento estudantil de 1968 tinha dois sexos, também”⁴⁵. A “historiografia que trata dos movimentos de 1968”⁴⁶ – lê-se aqui de todo o período ditatorial – acaba por “esquecer que todas aquelas transgressões tinham dois sexos”⁴⁷. Jelin constata que “A repressão das ditaduras no Cone Sul tiveram especificidades de gênero”⁴⁸ e que “As vozes das mulheres contam histórias diferentes dos homens...”⁴⁹. Os homossexuais são um capítulo a parte, a bibliografia torna-se ainda mais escassa. Eles eram, em suma, “invisíveis” nesse período.

Fazendo essas outras faces de uma mesma História emergirem estamos, em certa medida, colaborando na luta pela democratização da memória, nesse caso, das memórias. Afinal, como propõe Le Goff,

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a liberação e não para a servidão dos homens [e das mulheres]⁵⁰.

Podemos observar que a militância na organização, no partido, no coletivo interfere de forma significativa na vida íntima dos/das militantes no período em questão, e a percebemos como uma interferência moralista, calcada de conservadorismo. Trabalhando a partir das subjetividades desses/as militantes, por vezes, excluídos da História e tendo em mente que “a vida pessoal de cada um é politicamente estruturada com lutas viscerais de poder”⁵¹ estamos compreendendo uma disputa de poder que está impregnada e dissolvida em nosso cotidiano e nas páginas dos livros que lemos tão atentamente.

⁴⁵ LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Ed. Brasiliense & SMC, 1991. APUD PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**. Recife: Ed. universitária da UFPE, 2009, n. 26-1, 2008. p. 65.

⁴⁶ PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, n. 26-1, 2008. p. 76.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. In: _____. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XX, 2002. p. 100. (Tradução livre)

⁴⁹ Ibidem, p. 111. (Tradução livre)

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992. p. 477.

⁵¹ FARRELL, Amy Erdman. A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular. São Paulo: Ed. Barracuda, 2004. p. 37-38. APUD: PEDRO, Joana Maria. Op. Cit., p. 68.